Abril 2019

Conceição Gamito | crg@vda.pt
Ana Raquel Costa | rac@vda.pt
Joana Branco Pires | jbp@vda.pt
Rita Simão Luís | rsl@vda.pt

FISCAL

FATURAS E OUTROS DOCUMENTOS FISCALMENTE RELEVANTES: NOVAS REGRAS

O Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro (“**DL 28/2019**”), veio consolidar, atualizar e harmonizar as regras relativas às obrigações de processamento, emissão, comunicação, arquivo e conservação das faturas e de outros documentos com relevância fiscal que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA.

As medidas introduzidas pelo DL 28/2019 enquadram-se na prossecução de três finalidades distintas: a desmaterialização dos documentos, o combate à fraude e à evasão fiscal e a proteção dos dados pessoais.

De entre as diversas alterações consagradas, destacamos as seguintes:

Utilização exclusiva de programas informáticos certificados

Obrigação de utilização exclusiva de programas informáticos certificados pela Autoridade Tributária, (“AT”) para a emissão de faturas e de outros documentos fiscalmente relevantes, pelos sujeitos passivos com sede ou estabelecimento estável em território nacional, ou que pratiquem operações tributáveis cuja emissão de fatura esteja sujeita às regras nacionais, e que reúnam uma das seguintes condições:

- volume de negócios superior a € 50.000€ (€ 75.000, no ano de 2019);
- utilizem programas informáticos de faturação; ou
- sejam obrigados a dispor de contabilidade organizada ou por ela tenham optado.

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (“SEAF”) veio já esclarecer, por Despacho n.º 85/2019.XXI, de 1 de março de 2019, que os sujeitos passivos que não estavam abrangidos por esta obrigação nos termos da Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho, podem cumpri-la sem penalidades até ao dia 1 de julho de 2019.

Espera-se que a AT disponibilize uma aplicação de faturação que cumpra os requisitos legais.

Dispensa de impressão ou transmissão de faturas nas operações com particulares

Dispensa de impressão de faturas em papel (“fatura sem papel”) ou da sua transmissão por via eletrónica quando os destinatários sejam não sujeitos passivos de IVA (exceto quando estes a solicitem), desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- o número de identificação fiscal do adquirente conste da fatura;
- as faturas sejam processadas e comunicadas à AT através de programa informático certificado; e
- o sujeito passivo tenha optado pela transmissão de faturas em tempo real à AT.

Faturação eletrónica

A emissão de faturas eletrónicas B2B e B2C (e demais documentos fiscalmente relevantes) continua a estar dependente da aceitação pelo destinatário (cf. Artigo 232.º da Diretiva IVA). No entanto, altera-se a exigência quanto à assinatura destes documentos, considerando-se que a autenticidade da sua origem e a integridade do seu conteúdo apenas estão garantidas quando seja adotado um dos seguintes procedimentos:

- Aposição de assinatura eletrónica qualificada;
- Aposição de um selo eletrónico qualificado;
- Utilização de sistema de intercâmbio eletrónico de dados, quando emitentes e destinatários outorguem um acordo que siga as condições jurídicas do “Acordo tipo EDI europeu”.

Arquivo eletrónico

Faturas e outros documentos fiscalmente relevantes emitidos ou recebidos em formato papel podem ser digitalizados e arquivados em formato eletrónico.

Quando os documentos se encontrem em formato papel, o arquivo deve localizar-se em território nacional, ao passo que se se apresentarem em suporte eletrónico, o arquivo poderá encontrar-se em qualquer Estado-Membro, mediante autorização prévia da AT.

Os sujeitos passivos estão obrigados a comunicar a localização do arquivo à AT no prazo de **30 dias após publicação da portaria** que altere os modelos das declarações de início e de alterações de atividade (a publicar).

Comunicação relativa aos estabelecimentos

- Obrigação de comunicação da seguinte informação à AT:
- identificação e localização dos estabelecimentos onde são emitidas faturas e demais documentos fiscalmente relevantes;
- identificação dos equipamentos utilizados para o processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes;
- número de certificado do programa utilizado em cada equipamento, quando aplicável;
- identificação dos distribuidores e instaladores das soluções de faturação.

Esta informação deve ser comunicada através do Portal das Finanças, até **30 de junho 2019**, ou nos 30 dias posteriores ao início da atividade do sujeito passivo, para os sujeitos passivos que iniciem atividade após **31 de maio 2019**.

Prazo de comunicação dos elementos das faturas

Foi alterado o prazo para comunicação à AT dos elementos das faturas:

- Durante o ano de 2019 – até ao dia 15 do mês seguinte ao da emissão;
- A partir de 01.01.2020 – até ao dia 10 do mês seguinte ao da emissão.

Esta obrigação continua a recair sobre os sujeitos passivos com sede, estabelecimento estável ou domicílio em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA.

Obrigação de emissão de fatura por sujeitos passivos isentos

A partir de **1 de janeiro de 2020**, a dispensa de emissão de fatura fica circunscrita:

- às pessoas coletivas de direito público, aos organismos sem finalidade lucrativa e às instituições particulares de segurança social que pratiquem exclusivamente operações isentas de IVA e que tenham obtido para efeitos de tributação em IRC, no período de tributação anterior, um montante anual ilíquido de rendimentos que não exceda € 200.000;
- aos sujeitos passivos que pratiquem operações financeiras e de seguro abrangidas pelas isenções das alíneas 27) e 28) do artigo 9.º do Código do IVA cujo destinatário seja um sujeito passivo estabelecido ou domiciliado noutro Estado membro da União Europeia.

Os sujeitos passivos titulares de rendimentos da categoria B do IRS ou sociedades comerciais abrangidas pelas isenções do artigo 9.º do Código do IVA (com exceção acima assinalada em b)) passam a estar obrigados à emissão de fatura.

Código QR e código único de documento

A partir de **1 de janeiro de 2020**, as faturas e outros documentos fiscalmente relevantes passam a ter de incluir um código de barras bidimensional (código QR) e um código único de documento, a definir por portaria do Governo.

Comunicação prévia das séries documentais

Os sujeitos passivos serão responsáveis por comunicar por via eletrónica à AT, antes da sua utilização, a identificação das séries utilizadas na emissão de faturas e demais documentos fiscalmente relevantes por cada estabelecimento e meio de processamento adequado.

Por cada série documental comunicada, a AT atribuirá um código que deverá integrar o código único do documento.

Dispensa da identificação dos adquirentes não sujeitos passivos

A dispensa inclusão da identificação e do domicílio dos adquirentes não sujeitos passivos nas faturas é alargada a todas as operações (exceto quando estes a solicitarem), independentemente do seu valor. Esta dispensa aplicava-se até agora apenas às faturas de valor não superior a € 1.000.

Sujeição às regras portuguesas

O novo artigo 35.º-A aditado ao Código do IVA transpõe o artigo 219.º-A da Diretiva IVA, clarificando que a emissão de fatura pela prática de uma operação tributável está sujeita às regras previstas no Código do IVA português sempre que:

- A operação seja localizada em Portugal, exceto nos casos em que o fornecedor não tenha em território nacional a sua sede, estabelecimento estável ou domicílio e o imposto seja liquidado pelo adquirente (com exceção dos casos de autofacturação);
- O fornecedor tenha em território nacional a sua sede, estabelecimento estável ou domicílio, mas a operação seja localizada noutro Estado-Membro no qual o fornecedor não esteja estabelecido e o imposto seja liquidado pelo adquirente nesse Estado (com exceção dos casos de autofacturação);
- O fornecedor tenha em território nacional a sua sede, estabelecimento estável ou domicílio, e a operação seja localizada fora da União Europeia; e
- O fornecedor seja um sujeito passivo que utilize Portugal como Estado-Membro de Identificação para feitos do regime especial para serviços de telecomunicações, radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica.

O DL 28/2019 entrou em vigor no dia 16 de fevereiro, mas, como se enunciou, inclui algumas medidas que se aplicam faseadamente, outras que se destinam a ser cumpridas no decurso do corrente ano e outras ainda que produzem efeitos apenas a partir de 1 de janeiro de 2020.